

O LUGAR DAS EXCESSÕES NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DO PORTUGUÊS

Caroline Pessalácia MARINI
Thayanne Raísa Silva e LIMA

Universidade Federal de Uberlândia
carolpessalacia@hotmail.com
thayannerslima@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar e analisar algumas das exceções existentes em Gramáticas Normativas da Língua Portuguesa. As reflexões a respeito do lugar das exceções na constituição de uma gramática partem das afirmações do linguista francês Jean Claude Milner: “Os linguistas tratam a língua como se ninguém a falasse” (1987). Acrescentaríamos que também o gramático trata a língua como se ninguém a falasse, considerando a quantidade de regras e exceções estabelecidas. Nossas análises basear-se-ão nas gramáticas de Rocha Lima, Macambira e Celso Cunha. Tais autores trazem em seus compêndios as procuradas regras e as temidas exceções, estas últimas, muitas vezes, são até mais usadas do que as primeiras. Os referidos gramáticos foram escolhidos porque, apesar de orientações distintas nas formulações de suas gramáticas, gozam do respeito de professores e alunos que procuram neles um modelo de língua portuguesa. Além disso, interessa-nos sublinhar que apesar de algumas diferenças, o que os une é a relação com a norma e a exceção, que diversas vezes são divergentes, ou seja, variam de uma gramática para outra.

Palavras-chave: gramática, linguística, exceções, regras

1.Introdução

As regras existem numa tentativa de determinar aquilo que é correto ou mais adequado em uma sociedade ou em qualquer outro aspecto que dependa delas. Entretanto, aquilo que foge às regras é chamado de exceção. A exceção existe como afirmação de tais regras, pois se todas as coisas, principalmente a língua portuguesa, fossem universais, elas não precisariam existir.

Na língua e em seu estudo, não é diferente, desde os primórdios, os estudiosos buscavam meios de instituir regras para o uso da língua e, conseqüentemente, suas exceções. Algumas das exceções podem ser chamadas de particularidades existentes na língua, as quais sempre foram motivo de discussão entre dois grupos de gramáticos na antiguidade: os anomalistas e analogistas.

Segundo Jean Claude Milner, linguista francês, em seu livro “O amor da língua”, os analogistas asseguravam-se de que “o efeito de língua sustentava-se precisamente na proporcionalidade, ou analogia, que permite regras gerais; tudo o que aí não se integra como sendo pensado como exceção, isto é parasita, fantasma da língua do que não é língua” (MILNER, 1987:22), ou seja, as exceções causaram um impasse entre os teóricos, uma vez que se tornaram, segundo Milner, fantasmas da língua, por estarem à margem daquilo que poderia ser considerado como adequado com relação às normas estabelecidas.

Já os anomalistas, segundo o autor, defendiam a seguinte posição: “as regras são artifícios, uma racionalização dos gramáticos profissionais: a língua, ao contrário, reconhece-se no que ele comporta de obrigações não repetitivas, inteiramente singulares, para dizer tudo anômalas” (Ibidem:22). Em outras palavras, a língua, de acordo com os anomalistas, é composta

por uma característica essencial, que é a singularidade e, desse modo, não caberiam regras, já que há a marca de singularidade. Além disso, se há singularidade, há possibilidades das exceções se colocarem também como elementos importantes na composição da língua.

Considerando os princípios mencionados, propomos neste trabalho analisar as diferenças que encontramos nas gramáticas da Língua Portuguesa mais utilizadas pelos estudiosos, assim como as exceções que nela encontramos, a fim de discutirmos a finalidade e a necessidade do estudo de tantas regras e exceções.

2. A gramática

Antes do século XX, a língua era estudada principalmente pelos filósofos como um meio de se compreender outras questões de suas áreas de pesquisas. No entanto, dentre os filósofos se organizavam alguns gramáticos, os quais se preocupavam em compreender e destacar as regras da língua. O estudo da língua como objeto apenas começou a adquirir relevância com a fundação da linguística, no início do século XX, a partir dos compêndios do autor genebrino Ferdinand Saussure. Os estudos gramaticais, os quais visavam conhecer e estabelecer regras para a língua, ao contrário, iniciaram-se bem antes, a partir de estudos de filósofos.

A língua vem sendo estudada desde Platão; em sua época, os teóricos tentavam construir um modo de se descrever a língua, conceitos e pesquisas modificaram-se através de grandes nomes como Aristóteles, Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo. De acordo com a autora Maria Helena Moura Neves, a gramática se origina na filologia, que se destinava ao estudo do logos, “o Amor ao discurso”, a partir dos estudos de alguns filósofos

:

Temos, então, de voltar aos filósofos, e lá encontrar, ao lado daquela sua filologia, daquele amor dedicado ao logos, pelo que ele pudesse refletir do mundo das essências, uma gramatiké que representava o mecanismo geral de regulamentação da interdependência dos elementos. Com efeito, é pela gramática que se pode ver a interdependência dos elementos da linguagem (...). A gramática é o sistema regulador da combinação dos elementos linguísticos, constituindo o modelo da combinação dos gêneros, como está no Sofista. Tanto na combinação dos elementos linguísticos como na dos gêneros do ser, chega-se, de elementos finitos, a múltiplas combinações regradas. (NEVES, 2002: 21).

A partir do estudo das combinações regradas, surgiram outras pesquisas que se destinavam ao estudo da combinação dos elementos inseridos em um sistema, a linguística. Ainda na gramática, Aristóteles percebe que a língua deve se estudada como um fim último:

“o homem em que se constituiu a ciência da linguagem, a chamada *Linguística*, na qual a linguagem e a língua passaram a ser o fim último da investigação. E foi, então, que a gramática, como construto teórico por alguns operado, veio dar conta explícita das regras que regem a linguagem.” (Ibidem: 22)

Já Apolônio Díscolo estuda detalhadamente a sintaxe na língua, concluindo que a língua só existe se um termo estiver relacionado a outro. Com isso, os questionamentos em relação aos termos unidos entre si como a ordenação de frases, noções de sentido, a forma com que são enunciadas, foram motivos de grande empenho e conseqüente contribuição para os estudos e posterior nascimento da gramática.

A partir dos estudos gramáticos, surgem também os estudos linguísticos, que se dedicam a estudar a língua em seu sistema. Em sentido amplo, a linguística trata do estudo da língua, seja ela organizada em um sistema de signos ou estudada no âmbito de suas regras, como é o caso da gramática. Apesar de muitos linguistas se dedicarem a essa primeira, denominada por Saussure como linguística sincrônica, outros se interessam por estudar a parte que se dedica à diacronia da língua.

Saussure defende que a

“gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão; quem diz gramatical diz sincrônico e significativo, e como nenhum sistema está a cavaleiro de várias épocas ao mesmo tempo, não existe, para nós, “Gramática histórica”; aquilo a que se dá tal nome não é, na realidade, mais que a Linguística diacrônica”. (SAUSSURE, 2006:156)

Para o linguista genebrino, a língua está em constante mudança e, sendo assim, se analisarmos um momento da história da língua, será por uma abordagem diacrônica, ou seja, um determinado momento, já que a língua não é estática. Assim faz a gramática, analisa aspectos e regras da língua em determinado momento, pois há uma constante mudança. Para Neves, as regras impostas pela gramática são um modo de regulamentação da língua e do sistema:

“o que é gramática? Arte? Técnica? Ciência? Funcionamento ou descrição? Conhecimento ou explicitação? Todos os que falam do *uso* linguístico hão de se surpreender fazendo esse questionamento[...] na filosofia grega, **grammatiké** como sistema regulador da interdependência dos elementos linguísticos; na cultura helenística, **gramatiké** como regulamentação de um determinado uso da língua, num dado momento de sua história; na ciência linguística, *gramática* como explicitação das regras que regem a linguística”(NEVES, 2002: 10)¹

Em contrapartida, Travaglia traz-nos uma abordagem que se distingue, em certo modo, da definição de gramática imposta por Neves, apontando:

“a gramática é concebida como um manual com regras do bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. Como diz Franchi (1991:48), para essa concepção, que normalmente é rotulada de *gramática normativa*, “*gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores*” e “*dizer que alguém ‘sabe gramática’ significa dizer que esse alguém ‘conhece as normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente’*” (TRAVAGLIA, 1996: 24)

O autor afirma, portanto, que para o bom uso da língua é necessário um conhecimento prévio das regras gramaticais. As gramáticas descrevem a língua ditando aquilo que, segundo elas, são as regras corretas, por isso é composta de uma infinidade destas, para que funcione com êxito. Entretanto, com o passar do tempo, a língua se modifica aos poucos e, evidentemente, as

¹ Grifos do autor

gramáticas tornam-se um tanto inadequadas ao uso cotidiano. Deste modo, a célebre frase de Milner, de que “o linguista trata da língua como se ninguém a falasse”, cabe também aos gramáticos, pois algumas exceções várias vezes são mais usadas do que as próprias regras.

A linguagem é dependente da gramática, uma vez que podemos perceber gramática até com surdos-mudos, em que faltam os elementos de coesão, mas há coerência, portanto, a partir da ordenação do que o homem fala, ele está produzindo gramática (NEVES, 2002:18).

Contudo Neves argumenta sobre o quanto a gramática tem perdido essa importância ultimamente, a autora expõe que:

“parece que a *Gramática*, como obra que oferece modelos para pautar determinados comportamentos verbais em línguas particulares, já não tem mais lugar e sentido [...] A criação se desenrola e, nas novas obras, o mecanismo vivo da língua inventa torneios, mescla registros, rompe padrões tradicionalmente assentados e por muitos tidos como imutáveis. Se obras escritas passam a exibir padrões que se podem classificar como de língua falada, por exemplo, a ciência linguística já nos ensinou a suspeitar da funcionalidade dessas incursões ou incorporações, e já aprendemos todos a incluir esses comportamentos como objeto de investigação linguística” (Ibidem: 23).

Trataremos então das exceções presentes nas gramáticas normativas da língua portuguesa, que apresentam além de muitas exceções, algumas comparações entre elas a partir de vários autores que se apoiam em posicionamentos diferentes, e que podem apresentar alterações em sua teoria apresentada a partir de cada tema.

3. Análise

As gramáticas analisadas são de autores renomados no meio acadêmico brasileiro como: i. Evanildo Bechara, que segue um modelo mais explicativo, com menos exemplos e omite várias das exceções existentes na maioria das gramáticas; ii. Celso Cunha, que se segue repleto de observações a respeito de cada tópico, além de ser uma das maiores referências de consulta; iii. José Rebouças Macambira não economiza em falar das exceções presentes na maioria das explicações a respeito de cada regra da norma culta; iv. Rocha Lima já segue um modelo de gramática mais antiga, ou seja, valoriza um modo bastante culto de falar e escrever, estando presente em seus exemplos grandes nomes da literatura, como Alexandre Herculano, Machado de Assis e Mário Quintana; v. Luiz Antônio Sacconi adota uma gramática pedagógica, seguindo os parâmetros curriculares nacionais (PCN), o que consequentemente modifica o conteúdo das gramáticas escritas em épocas diferentes. Com isso, algumas contradições podem ser encontradas.

3.1 Exceções

O trabalho das exceções, também consideradas particularidades na língua, é de afirmar o funcionamento das regras, pois, como já foi explicitado, não seriam necessárias regras se tudo na língua funcionasse mecanicamente. Algumas exceções são bastante relevantes, como a conjugação do verbo ir no livro “Gramática da Língua Portuguesa”, de Celso Cunha que enuncia: “O verbo ir é considerado anômalo, por em suas flexões mudar totalmente sua forma: fui, fora,

ido, ia, ainda tem-se o fato de que os verbos fui, fora e fosse, também podem ser considerados como conjugações do verbo ser” (CUNHA, 1982: 422). O verbo “fui” é um dos únicos que em sua conjugação apresenta um sentido ambíguo, isto é, é necessário estar inserido em um contexto para se obter o desvio de sentido.

Com relação aos verbos, Bechara apresenta um número considerável de exceções, que deixam ao leitor várias opções de estudo para somente uma regra. No exemplo a seguir, relacionamos as desinências número-pessoais:

“1ª pessoa do singular: geralmente falta a desinência de 1ª pessoa no singular, exceto no presente do indicativo, onde aparece a desinência –o:

Cant-o, vend-o, part-o

No pretérito perfeito do indicativo e futuro do presente aparece a desinência –i:

Cante-i, vend-i, part-i
Canta-re-i, vende-re-i, parti-re-i

2ª pessoa do singular: a desinência é –s; no futuro do subjuntivo e infinitivo aparece –es e no pretérito do indicativo –ste

Can-a-s, cant-a-res, cant-a-ste
Vend-e-s, vend-e-res, vend-e-ste
Part-e-s, part-i-res, part-i-ste (BECHARA, 1977:114)

Isto nos mostra que a maioria dos verbos é sempre encontrada uma exceção que os modifique e torne-os não universais ou impossíveis de qualquer flexibilidade.

É interessante observar que durante todo o capítulo de verbos, o livro deste mesmo autor apresenta inúmeras observações e exceções, como por exemplo, quando o autor expõe acerca dos verbos no futuro do pretérito da seguinte forma:

“o futuro do pretérito, com acréscimo de –ria (rie): ria, ria –s, -ria, ríamos, ríe –is, ria –m.

Infinitivo	Futuro do presente	Futuro do passado
Cantar	cantarei	cantaria
	Cantarás	cantarias
	Cantará	cantaria
	Cantaremos	cantaríamos
	Cantareis	cantaríeis
	Cantarão	cantariam

Exceções: dizer, fazer, trazer, que fazem direi, farei, trarei, diria, faria, traria. (Ibidem: 117)

Ainda sobre desinências, na gramática de Rocha Lima, é apresentada uma abordagem menos detalhada para expor acerca da mesma. O autor expõe acerca do que é desinência, classifica-a em diferentes grupos, como as número-pessoais e as modo-temporais. Contudo, no

final da explicação de cada um desses grupos ele traz observações referentes às exceções em cada caso, portanto, temos respectivamente, as seguintes observações:

“Somente em alguns poucos verbos irregulares aparece *dês* na segunda pessoa do plural do presente do indicativo: *i – dê*s, *vin – des*.”

1. As desinências terminadas em *a* apresentam uma variante em *e*, o que ocorre sistematicamente na 2ª pessoa do plural em razão do contacto com a desinência número-pessoal *is*, o que provoca a ditongação *ei* (s):

Cantava – cantáveis; devia – devíeis; partira – partíreis

De maneira isolada, o mesmo fato se nota no futuro do presente: a desinência *rá* tem a variante *re* nas formas: *cantarei* e *cantaremos*.

2. Para assinalar as *formas nominais* dispõe a língua certas desinências:

r: para o infinitivo (*canta – r*, *deve – r*, *parti – r*);

ndo: para o gerúndio (*canta –ndo*, *deve –ndo*, *parti-ndo*)

d, t, s: para o particípio (*canta-d-o*, *pos-t-o*, *confes-s-o*)” (LIMA, 1980: 169)

Em contraposição ao detalhismo de Bechara, a gramática de Macambira expõe os verbos em pequenos trechos, de forma objetiva e simples, retratando as desinências da seguinte forma:

“Pertence à classe do verbo toda palavra que admitir as seguintes flexões ou, mais tecnicamente, que se enquadrar no seguinte paradigma:

- a) *–r*: correspondente ao infinitivo, donde *amar*, *vender*, *partir*, *pôr*;
- b) *–ndo*: corresponde ao gerúndio, donde *amando*, *vendendo*, *partindo*, *pondo*;
- c) *–rei*: corresponde ao futuro do presente, donde *amarei*, *venderei*, *partirei*, *porei*;
- d) *–ria*: correspondente ao futuro do pretérito, donde *amaria*, *venderia*, *partiria*, *poria*.” (MACAMBIRA, 1978:39)

Notamos as diferentes abordagens de cada gramático citado acima, entretanto, há detalhes diferentes em cada uma das gramáticas, e, dentre as gramáticas analisadas, somente em Macambira não havia exceções. Nas demais gramáticas, o número de exceções referia-se sempre por tópicos, a cada tópico ou assunto diferente, havia uma exceção a ser inserida.

3.2. Contradições

Algumas contradições também são encontradas entre as gramáticas, como na gramática de Rocha Lima, que enuncia:

“Não é correto dizer *mais bom*, *mais grande*, porém o é – *mais mau*, *mais pequeno*. Pode-se, todavia, usar da partícula *mais* antes de *bom* e *grande* no caso de se contraporem qualidades, em frases com as seguintes:

Ele é *mais bom* do que inteligente

Mais grande que pequeno (LIMA, 1980: 92)

Sacconi afirma o uso de *mais pequeno* também, mas especifica ser uma forma preferida dos portugueses:

Mais pequeno é forma preferida dos portugueses, que pouco usam *menor*. *Mais pequeno* se usa, portanto, com absolutado correção. Em quaisquer casos:

Essa é a casa *mais pequena* da rua

Manuel era o aluno *mais pequeno* da classe

Mais grande a língua e os portugueses só aceitam quando se comparam qualidades de um mesmo ser. Assim:

Teresa é *mais grande* que pequena

Luís é *mais grande* que forte

Também usamos ainda com propriedade *mais bom* e *mais mau*:

Manuel é *mais bom* que mau

Gumersindo é *mais mau* que inteligente

Isilda é *mais má* aluna que boa (SACCONI, 1966: 151)

Em contrapartida, Celso Cunha, aponta *mais pequeno*, *mais bom*, de outra forma, como vemos abaixo:

Quando se compara a qualidade de dois seres, não se deve dizer *mais bom*, *mais mau* e *mais grande*, e sim: *melhor*, *pior* e *maior*. Obrigatório é, no entanto, usar as formas analíticas desses adjetivos quando se confrontam duas qualidades do mesmo ser:

Era um infeliz: *mais desequilibrado do que mau*

Josias é bom e trabalhador: *mais bom do que trabalhador*

Em lugar de *menor* usa-se também *mais pequeno*, que é a forma preferida de Portugal. (CUNHA, 1982: 263)

No livro *Estrutura Morfo-Sintática de Macambira e Gramática da Língua Portuguesa* de Celso Cunha, encontramos um fato curioso, relacionado à palavra “primeiro”. No segundo, a palavra está classificada como sendo um numeral ordinal, sendo que a exceção é que certos ordinais podem ser empregados para exprimirem qualidade, tornando-se verdadeiros adjetivos. Como um exemplo: “É um clube de primeira categoria”.

Por outro lado, na gramática de Macambira, os numerais estão incluídos na classe dos adjetivos como regra, o mais interessante é a exceção apresentada pelo livro, que quando tais números são acompanhados por um sufixo adverbial –mente, perdem a adjetividade e tornam-se advérbios. Exemplo: “Primeiro – primeiramente, segundo – secundamente, tríplex – triplicemente”.

Essas contradições demonstram que há diferentes concepções da gramática da própria língua, portanto, vemos discordâncias entre os gramáticos, o que nos remete ao fato de que ao estudarmos determinado autor, nos deparamos com fatos diferentes de outros autores. E isso expõe o quanto nossa língua é rica em detalhes e a dificuldade com que as regras têm de descrever essas diversidades.

4. Considerações finais

Ao estudar parte do histórico das exceções, as gramáticas nos mostram as regras mais flexíveis e menos imparciais do que parecem ser. Uma exceção é, algumas vezes, mais usada que uma regra, uma vez que as mudanças, como o aparecimento de gírias, diálogos coloquiais e o desprendimento da norma, modificam tais regras num processo gradativo ao longo de vários

anos. Em outras palavras, o estudo das regras da língua dificulta-se por haver uma sincronia na língua, ela se apresenta em constantes mudanças com o passar do tempo. Sendo assim, é necessário um corte na parte diacrônica da língua.

A partir de um estudo diacrônico, é possível estudar as regras e percebe-se que as exceções são tão importantes quanto elas; as exceções também têm seu lugar de destaque na língua, por isso são consideradas particularidades.

De acordo com Possenti os erros cometidos na língua são, na verdade, convertidos em exceções; além disso, o autor um assunto de grande relevância, a diferença do pensamento dos linguistas e dos gramáticos:

“Quanto a teorias e métodos – para os gramáticos a autoridade dos escritores é um critério para aceitar construções (e até exceções). Para os linguistas, o critério para aceitar construções são dados; se um fato ocorre sistematicamente, pertence à língua deve ser descrito pela gramática. Pronúncias como “paiaço”, “muié”; concordâncias como “tu vai” e “os menino”, regências como “assistir o jogo” e “obedecer as regras”, etc. são exemplos de pontos de discordância.²

Dessa forma, notamos essa diferença de pensamento entre gramáticos e linguistas. Aqueles preocupados com uma forma, aquela dita correta e aceita, e esses trabalhando com os dados da língua, sejam homogêneos ou heterogêneos, sincrônicos ou diacrônicos. As imposições de regras dos gramáticos levam-nos a adquirir um conhecimento das normas de uma língua, considerando que, mesmo sabendo a maioria delas, não é possível segui-las o tempo todo, principalmente na fala do sujeito.

As exceções assim como as regras se apresentaram de suma importância nas gramáticas analisadas. E apesar de diferentes abordagens, lembramos que não só apresentamos convergências entre as gramáticas, mas também divergências entre elas, em que os autores se contradizem ao abordar um mesmo tópico.

Devido essas regras, exceções e contradições, somos apresentados a uma série de indagações acerca do ensino da gramática. Assim como, qual deveria ser a gramática ideal a ser ensinada, considerando que cada gramática apresenta uma parte interessante em relação às demais.

5 – Bibliografia

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora FENAME, 1982.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp.

² Disponível em: <http://envolverde.com.br/educacao/lingua-portuguesa/linguistas-e-gramaticos/>. Acesso em 10/05/2012.

MACAMBIRA, José Reboças. **A estrutura morfo-sintática do Português**. São Paulo: Pioneira, 1978.

MILNER, Jean Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

POSSENTI, Sirio. **Linguistas versus gramáticos: o jeito certo de escrever**. Em: <http://envolverde.com.br/educacao/lingua-portuguesa/linguistas-e-gramaticos/>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa Gramática Teoria e Prática**. São Paulo: Atual Editora, 1966.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística Geral**. São Paulo: Cultrix: 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino da gramática**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.